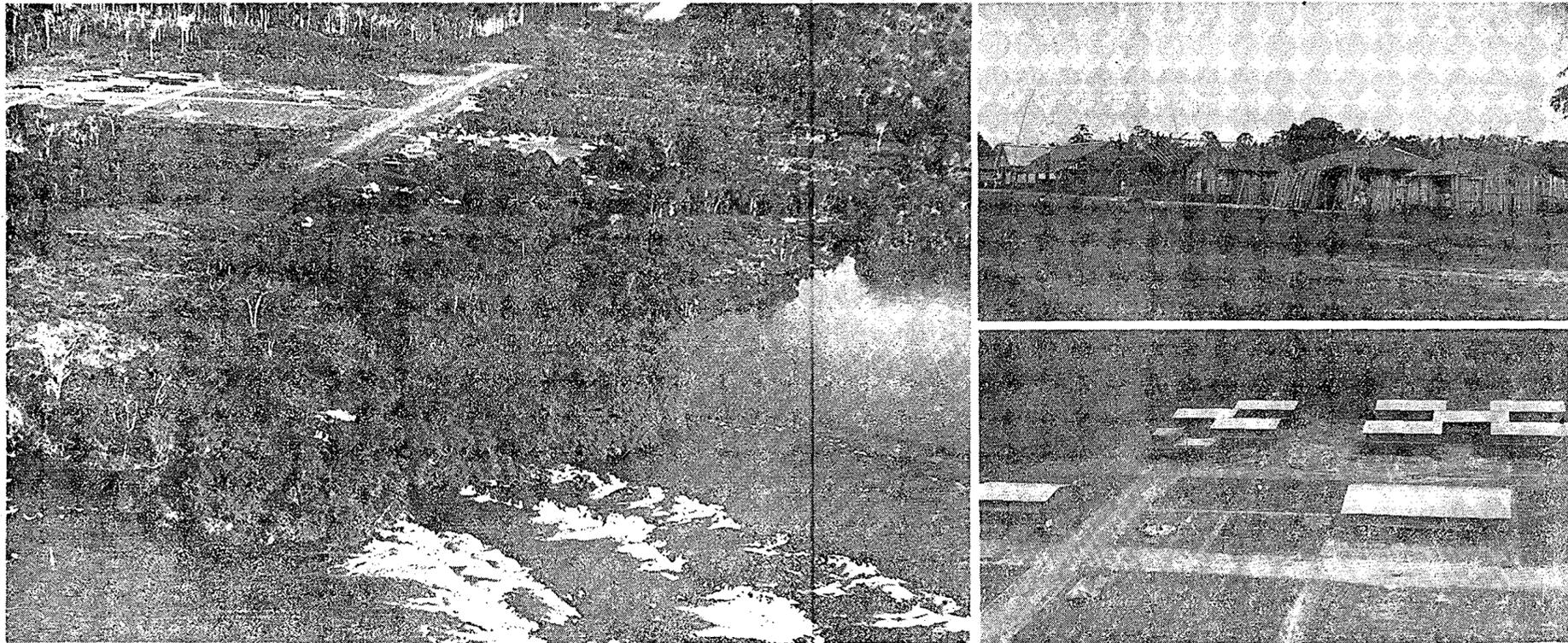


O ESTADO DE S. PAULO



Fotos Oscar Ramos Gaspar

As casas construídas sobre palafitas no meio da mata estão vazias. Na vila decadente, pouco mais de 30 famílias ainda resistem ao projeto pioneiro. A cidade científica de Humboldt é hoje um sonho abandonado

A cidade científica perdida no meio da mata

OSCAR RAMOS GASPAR
Correspondente em Cuiabá

Entre o documento que o professor Pedro Paulo Lomba entregou em julho de 1972 ao ministro Reis Velloso, propondo a implantação de uma Cidade Científica que "realize o levantamento do capital natural da região, apontando as alternativas não predatórias de seu aproveitamento racional" e a "Cidade Científica de Humboldt", nascida por força daquele documento, existe um abismo de abandono e descaço a que foi relegado, o decantado "Projeto Aripuanã", cujo grupo especial de implantação foi criado em janeiro de 1973, orientado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Social — IPEA — e subordinado diretamente ao Ministério do Interior.

Depois de ter absorvido mais de 5,5 milhões de cruzeiros, a Cidade Científica de Humboldt — implantada a mais de quinhentos quilômetros do meio próximo polo de apoio — é hoje uma decadente vila com pouco mais de trinta famílias, 25 das quais passando as mais sérias privações, pois estão ligadas ao "Projeto Aripuanã" — que há sete meses não faz nenhum pagamento e a última remessa de alimentos chegou à vila no dia 10 de março passado. De lá para cá, essas famílias — mais de 100 pessoas — vêm sendo alimentadas pela Prefeitura e com a caça e a pesca que conseguem. Os três mil metros quadrados de edifícios pré-fabricados, transportados de São Paulo — a 2.300 quilômetros ou, como diz o relatório do professor Pedro Paulo Lomba, "uma distância equivalente à de Mião a Moscou" — pelos "Bufalos" da FAB, estão transformados hoje em velhos casarões abandonados e alguns, semi-acabados por falta de verba, estão prestes a cair. Para quem chega de avião — único meio de transporte — a visão da Cidade de Humboldt impressiona. Suas casas, construídas sobre palafitas, cobrem a abertura de "clerútil", implantadas a pouco mais de 100 metros do Sítio de Dardanelos, formam um panorama totalmente diverso da selva que a cerca, num raio de duzentos quilômetros. E para muitos dos que hoje visitam o abandonado campo de experiências do Projeto Aripuanã — destinado a descobrir o ecossistema ideal para a Amazônia, como dizem antes os sofisticados técnicos que hoje desapareceram — a primeira pergunta que surge é a seguinte: precisaria vir para tão longe para se implantar um campo de experiência a fim de definir um modelo racional de ocupação? Por que a cidade científica não foi implantada mais próximo de um polo de apoio? E a única resposta plau-

sível parece ser a de que os idealizadores do Projeto deixaram emborçado pela beleza de Dardanelos, sem se lembrarem dos imensos custos para implantar uma cidade numa selva inóspita e distante. E é o próprio Pedro Paulo Lomba, que se considera o "pai, mãe e parteira" do "Projeto Aripuanã" — ele foi, até abril último, o chefe do grupo especial do "Projeto Aripuanã" — quem diz: "Em 1973 gastamos para submergir Humboldt na selva o mesmo que Jacques Yves-Costeau gastou para afundar uma oficina submarina e testar as condições de trabalho de oceanautas, em 1966. Uns 800 mil dólares". "Bufalos" da FAB e aviões fretados pela gerência geral do Projeto voaram, no total, ... 227.000 quilômetros para transportar, em homens, equipamentos e viveres mais de 1,5 mil toneladas. Inúmeros pequenos acidentes com essas aeronaves, devido principalmente às péssimas condições de operação do improvisado aeroporto, oneraram consideravelmente os custos da implantação. Quando o "Bufalo" 2366 sofreu uma pane e sua tripulação teve que jogar sobre a selva pássaros pré-fabricados, tubos de PVC, sacos plásticos de cimento, caixas de peças para gerador e duas caixas de cerveja, o comandante da Base Aérea de Campo Grande recebeu de Pedro Paulo Lomba uma concisa resposta: "O único prejuízo a lamentar foi a perda das caixas de cerveja". Naquela época, certamente o dinheiro corria solto dos cofres federais para o projeto. E são esses recursos que fazem falta hoje para o engenheiro Tibor Paol, responsável pela resumida equipe que ainda permanece na área, pagar os salários dos 25 funcionários, que há sete meses não recebem. Hoje a Cidade Científica de Humboldt não tem sequer um pesquisador e dos trabalhos

dos 110 cientistas, técnicos e pesquisadores, que segundo Pedro Paulo Lomba, já trabalharam na área, só se conhece uma pesquisa sobre a fauna ietológica. E Tibor Paol diz, desolado: "Nessa cidade científica o único homem formado numa universidade sou eu. Pode ser que a gente esteja aqui pesquisando como viver na selva amazônica sem comer, pois há sete meses não vemos dinheiro". E acrescenta: "Vocês estão vindo aqui o Ex-Projeto Aripuanã". O secretário de Saúde de Mato Grosso, Antonio Alves Duarte, que acompanhou o governador Garcia Neto e o brigadeiro Augusto Carrão na visita feita na quinta-feira, ficou tão preocupado com o abandono a ponto de dizer que é necessário "mandar um médico urgentemente para cá". Ao que um oficial, que fazia parte da comitiva, completou: "Realmente a cidade científica não pode ficar sem médico". Não existe sequer um farmacêutico em Humboldt e as pessoas sem maiores recursos — quase todos — que adoeçam são obrigados a esperar que apareça um avião — único meio de transporte — que os leve até Cuiabá.

Viabilidade discutida
Quando a gerência geral do "Projeto Aripuanã" — então dirigida por Pedro Paulo Lomba — já havia investido mais de 5 milhões de cruzeiros na cidade de Humboldt, o Ministério do Interior decidiu que a implantação do núcleo seria gerida diretamente pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO. Foi em janeiro do ano passado e aquele órgão resolveu aproveitar técnicos e burocratas da universidade federal de Mato Grosso, a grande maioria sem nenhuma experiência no setor de pesquisas. "Um desastre executivo aconteceu então — diz Pedro Lomba — acrescentando que a obra não avançou mais que cinco por cento dentro do cronograma estabelecido para dez meses". Em abril deste ano, uma portaria interministerial, assinada pelos ministros de Planejamento, Interior e Educação, decidiu que o "Projeto Aripuanã" fosse gerido diretamente pelo Conselho Nacional de Pesquisas. Mas, a portaria só foi publicada em julho, ou seja, três meses depois de assinada. A partir do início deste mês o CNPq nomeou um grupo de trabalho, chefiado por Fernando Cruz, para tomar todas as providências para encampação do projeto. De abril até hoje nenhuma providência concreta com relação à Cidade Científica de Humboldt foi tomada e os recursos — 8.349.000,00 — liberados em julho do ano passado por meio do Programa de Integração Nacional e do Fun-

do de Desenvolvimento de Programas Integrados ainda não tiveram a sua destinação suficientemente esclarecida. Hoje, muitos técnicos já discutem a viabilidade do Projeto Aripuanã. Nas dezenas de reuniões que já foram feitas nas apertadas salas do centro de treinamento do magistério, onde o CNPq está instalado provisoriamente, nada se decidiu ainda sobre o futuro da Cidade de Humboldt e os próprios técnicos daquele órgão não sabem ainda quando os trabalhos de campo serão reiniciados. Nem sabem tampouco quando serão liberados os recursos para pagamento das dívidas com os funcionários e que, segundo o engenheiro Tibor Paol, atinge a quase trezentos mil cruzeiros". Isso — diz ele — porque ficou aqui somente o pessoal que trabalha no pesado e que ganha menos". — O governo estadual deveria apurar agora por que se escolheu um lugar tão distante de tudo como esse para se fazer uma cidade científica — diz quinta-feira um alto assessor do governador Garcia Neto — acrescentando: "muita gente deve ter levado dinheiro nisso". E se a Cidade Científica de Humboldt se propunha, ao lado da realização de pesquisas naturais nos mais diferentes setores, encontrar o modelo racional de ocupação para a Amazônia, não conseguiu até agora nenhum de seus objetivos. As dezenas de famílias que há muito tempo subiram pelo Rio Aripuanã até o salto de Dardanelos vivem hoje numa situação de penúria, enquanto as grandes agropecuárias se instalam, as fazendas, em todo o município, desmatando e plantando capim, sem nenhum controle para preservar o equilíbrio ecológico. As casas pré-fabricadas nunca foram modelo de habitação para a floresta amazônica e a completa ausência de um programa integrado visando colar o homem na terra — principalmente os antigos moradores da região — é um dos pontos mais criticados pelos técnicos, que hoje discutem a viabilidade de um projeto que, se não merecer dos órgãos competentes urgentes e drásticas providências, poderá morrer antes de ter realizado praticamente nada. Ontem nenhum dos técnicos do CNPq que estão em Cuiabá foram encontrados na sede do órgão. Pedro Paulo Lomba também não foi localizado na cidade, informando-se que teria viajado para o Rio de Janeiro. Já uma fonte ligada ao governador Garcia Neto diz ontem que após constatar o estado de abandono em que se encontra a cidade de Humboldt, o brigadeiro Augusto Carrão teria dito que entrará em contato com as autoridades federais para saber como ficará o projeto implantado "graças a um grande esforço da FAB". Mas, enquanto as providências não chegam e o CNPq não encampa de vez o projeto, a Cidade de Humboldt continua sendo um decadente vilarejo plantado no centro das selvas do sul da Amazônia, semi-isolada e com uma população à espera do dinheiro, que há sete meses não vem. Pedro Paulo Lomba, enquanto isso, diz que irá escrever um livro que está devendo para uma editora científica da Espanha". A criança está entretida em boatos — diz ele referindo-se ao CNPq. "Essa criança já está morta", diz o engenheiro Tibor Paol, o chefe da equipe que está na Cidade de Humboldt. Ontem ele chegou de volta a Cuiabá para ver se consegue levar dinheiro para Aripuanã. Mais uma vez, com certeza, deverá voltar de mãos vazias, pois o pessoal do CNPq está todo em Brasília.



Pedro Lomba já não acredita mais no projeto

Técnico explica as razões do malogro

Da Sucursal de BRASÍLIA
Enquanto um funcionário da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — Sudeco — apressava-se ontem em dizer que o órgão nada mais tem a ver com o projeto Aripuanã, um técnico que participou da elaboração do programa afirmava que qualquer malogro na construção da cidade científica Humboldt deverá ser debitado à própria Sudeco ou à Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso — Codemat. Segundo o técnico, tanto a Sudeco quanto a Codemat nunca cumpriram os cronogramas de liberação de recursos previstos em convenios firmados entre as entidades envolvidas no desenvolvimento do projeto, sobrecarregando, desta maneira, o orçamento da Universidade Federal de Mato Grosso "que por diversas vezes foi obrigada a utilizar-se de suas próprias verbas para não permitir a paralisação de Aripuanã". O mesmo técnico disse que não entende a paralisação do projeto, principalmente porque as pessoas que mais tarde se desentocaram na assessoria direta do presidente Geisel eram as que mais incentivaram Aripuanã. Entre essas pessoas estavam o técnico do IPEA Maurício Rangeli Reis, hoje ministro do Interior; o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Paulo de Almeida Machado, atual ministro da Saúde, que pelo menos uma vez por semana ia a Cuiabá discutir e apoiar os trabalhos; e o ministro Reis Velloso, do Planejamento, que acolheu de imediato a sugestão do então ministro Jarbas Passarinho para a construção da cidade. O técnico acrescentou que o próprio presidente Geisel, na visita que fez à Universidade de Mato Grosso, pouco antes de assumir a Presidência, declarou: "No meu governo não faltará recursos para o projeto Aripuanã". "No entanto — acrescentou o técnico — no ano passado, de janeiro a agosto, quem trabalhava no projeto Humboldt não recebeu um centavo sequer de salário, sobrevivendo à custa de favores".

Um projeto que acabou esquecido

O professor Pedro Paulo Lomba, quando visitou o vasto município de Aripuanã, pela primeira vez, no início de 1972, encontrou, além dos índios cinta-larga, cabeça-seca, suruí, e gavião, apenas cerca de 5 mil civilizados que viviam espalhados por aquelas terras. Mas, acima de tudo, Pedro Paulo Lomba pensava que havia encontrado o local ideal para a implantação de um projeto sobre a colonização racional da Amazônia. E, em julho daquele mesmo ano, o professor entregou ao ministro do Planejamento, Reis Velloso, um estudo sumário sobre a filosofia de ocupação da Amazônia, sugerindo a formação de uma cidade científica que realizasse o levantamento dos recursos naturais da região. Segundo a nova concepção, o traçado das estradas deveria obedecer a diretrizes estabelecidas por programas científico-tecnológicos, para evitar danos econômicos e sociais, além da destruição inútil das reservas naturais. O projeto fixava como meta prioritária a instalação de uma base científica avançada, como centro de planejamento econômico, tecnológico, e principalmente ecológico. Após a aprovação pelo superintendente-adjunto do Instituto de Pesquisa Econômica e Social, o atual ministro do Interior, Rangeli Reis, o projeto Aripuanã começou a ganhar sua viabilidade estudada. Com uma precária infraestrutura à sua disposição, o projeto seria formado por três cidades: uma, destinada à pesquisa científica, seria ocupada por técnicos, cientistas, trabalhadores locais e pequenos agricultores, num total de mil habitantes; outra abrigaria uma colonização científica e orientada para a abastecimento urbano e à exportação; a terceira, localizada entre as outras duas, teria uma função intermediária. Juntamente com as cidades, seria construída uma hidrelétrica, com capacidade para 600 quilowatts, com o objetivo de estimular a trans-



Nota do CNPq admite falhas

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) admitiu ontem, em nota oficial, que a transferência da coordenação e do patrimônio do Projeto Aripuanã das instituições anteriormente responsáveis "provocou demora na reativação do mesmo", e adiantou que está negociando apoio científico no Brasil e no exterior para maior suporte ao projeto. Eis, na íntegra, a nota oficial distribuída ontem à imprensa pelo CNPq: "O Projeto Aripuanã tem como objetivo básico a utilização de pesquisa como instrumento para incorporá-la ao desenvolvimento da região. Para a consecução de tal objetivo foram delineadas as seguintes metas iniciais: 1) reconhecimento científico da área; 2) promoção e inovação científico-tecnológica; 3) preservação do ecossistema; 4) desenvolvimento social; 5) ocupação da área de Humboldt; 6) disseminação da informação científica e tecnológica. Recentemente, em abril de 1975, o Projeto passou a responsabilidade do CNPq que imediatamente iniciou o levantamento da situação no local, inclusive no que se refere ao pessoal. A transferência da coordenação e do patrimônio de responsabilidade das instituições anteriormente responsáveis pelo projeto provocou demora na reativação do mesmo. A recente conclusão do levantamento contábil e a transferência dos recursos na semana passada para o CNPq permitirão a este órgão assumir a responsabilidade empregatícia do pessoal até o momento vinculado ao projeto através de vários organismos. O CNPq está negociando apoio científico no Brasil e no Exterior para maior suporte ao projeto".